



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

ADRIANO AUGUSTO SANTOS SILVA

ESTRADA REAL EM SERGIPE D'EL REY

Laranjeiras

2020

ADRIANO AUGUSTO SANTOS SILVA

ESTRADA REAL EM SERGIPE D'EL REY

Artigo apresentado ao Curso de Bacharelado em Arqueologia do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Sanches Ranzani da Silva.

Laranjeiras

2020

Apresentação

Este artigo foi apresentado publicamente para uma banca avaliadora como requisito final para obtenção de título de Bacharel em Arqueologia pelo Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (DARQ/UFS). A formatação está de acordo com as recomendações da **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, disponível em sua página *web*¹.

¹ Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/about/submissions>

ESTRADA REAL EM SERGIPE D’EL REY

CAMINO REAL EN SERGIPE D’EL REY

ROYAL ROAD IN SERGIPE D’EL REY

ADRIANO AUGUSTO SANTOS SILVA²

Resumo

Este artigo científico busca identificar os trechos da estrada real em Sergipe nos municípios de Itabaiana, Laranjeiras e Simão Dias. No período do século XIX, quando a província de Sergipe del Rey ainda era grande produtor agropecuário e de açúcar em escala nacional a Coroa Portuguesa constrói estradas a fim de abastecer as províncias da Bahia e Pernambuco, para abastecer a demanda do mercado consumidor das respectivas regiões, como um elo de comunicação entre essas províncias. Para buscar seus possíveis trechos, a partir de fontes literárias de história de Sergipe, documentos históricos e mapas cartográficos. Finalmente este trabalho insere-se dentro do escopo da Arqueologia Histórica e dos métodos da Toponímia

Palavras-chave: Estrada Real. Arqueologia Histórica. Toponímia.

Resumen

2 Aluno de graduação em Arqueologia do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe. Endereço: Rua Antônio Souza Montes, 30, Conjunto Orlando Dantas, Bairro São Conrado, Cep. 49042-060, Aracaju, Sergipe, Brasil. E-mail: kiko-zopo@hotmail.com.

Este artículo científico busca identificar los tramos de la Ruta Real en Sergipe en los municipios de Itabaiana, Laranjeiras y Simão Dias. En el siglo XIX, cuando la provincia de Sergipe todavía era una importante productora agropecuaria y azucarera nacional, la Corona portuguesa construye caminos para abastecer a las provincias de Bahía y Pernambuco, buscando atender la demanda del mercado de consumo de las respectivas regiones, y como un enlace de comunicación entre estas provincias. Para encontrar sus posibles trechos, partí de fuentes literarias de la historia de Sergipe, documentos históricos y mapas cartográficos. Finalmente, este trabajo se encuadra dentro del alcance de la arqueología histórica y los métodos da Toponimia.

Palabras clave: Camino Real. Arqueología histórica. Toponimia.

Abstract

This paper seeks to identify stretches of the Royal Road in Sergipe in the municipalities of Itabaiana, Laranjeiras and Simão Dias. In the 19th century, when in the state of Sergipe was still a major agricultural and sugar producer on a national scale, the Portuguese Crown built roads to supply the consumer market and connect the provinces of Bahia and Pernambuco. I looked for possible path remains of the Royal Road in the nowadays state of Sergipe, using historical publications, historical documents and cartographic maps. Finally, this work falls within the scope of Historical Archeology and Toponymy methods.

Keywords: Royal Road. Historical Archaeology. Toponymy.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é identificar possíveis sítios arqueológicos da Estrada Real em Sergipe d’el Rey disponível para o século XIX, quando a província já era independente da Bahia, mas ainda um grande produtor de açúcar e produtos agropecuários. Para encontrar esses trechos, operei apenas sobre a toponímia da estrada real, e não em outros topônimos que citam a estrada oficial, ou caminhos antigos. A partir de levantamentos bibliográficos, documentais (mapotecas), e arquivos digitais, no Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) e Biblioteca Pública Estadual Epiphânio Dória, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHG-SE) no site da Biblioteca Nacional (em sua mapoteca digital), Cartório 02º Ofício da Comarca de Laranjeiras/SE. Alguns documentos e bibliografias parecem equiparar os termos acima citados, enquanto outros apenas falam de “caminhos antigos” sem qualquer associação à estrada real. Mesmo que possamos perder informações sobre meu objeto de pesquisa, optei por essa abordagem para evitar ambiguidades.

Márcio Santos (2010) menciona um dos primeiros documentos a citar a Estrada Real passando por municípios que seriam, posteriormente, parte de Sergipe independente.

Por volta de 1698 é mencionado o caminho que levava da cidade da Bahia ao São Francisco, passando pelas freguesias de Itapicuru, Lagarto, Itabaiana e Jeremoabo. Ele é sucintamente descrito pelo autor anônimo da “Informação sobre o estado das missões nos sertões da Bahia e de Pernambuco”. (Santos, 2010, p. 163).

Para o século XIX, temos ainda informações de uso de caminhos referenciados como “Estrada Real”. Um exemplo, dentre outros que veremos o longo do trabalho, fala sobre a péssima qualidade da Estrada na província de Sergipe que, associada à tentativa de burlar os postos de fiscalização, levava carreteiros a evitarem esses trajetos. Como foi descrito no livro de Plano Urbanístico de Laranjeiras, volume I de (1975), no Registro da Correspondência do Governo com a Corte (1824-1831), Arquivo Publico de Sergipe, fls. 46-49.

(...) “tempos de invernos, quando inundem os cinco rios: Tramandaí, Ribeira, Poxim Mirim, Poxim Grande e a Pitanga” tornavam-se impraticável o “transito”. “Nas seis mencionadas lego-as”, vale dizer, ficava intransitável qualquer caminho entre São Cristóvão, Capital da Província, e Laranjeiras, seu principal centro econômico, mas seis léguas que separa as duas cidades, “daí os extravios das rendas públicas”, a quase geral impunidade dos delitos e outros males, que não se compadecem do estado regular de uma sociedade; (Brasil, 1975, p. 27-28).

As casas fortes seriam possíveis pontos de coleta dos impostos, abrigo para as tropas e armazenamentos de munições ao longo do trajeto da Estrada Real. “A existência dessas fortificações do sertão, presumivelmente construídas com madeira e por isso mais rústicas e menos duradouras do que as fortalezas de pedra do litoral” (Santos, 2010, p. 102). Sabemos que mesmo a madeira sendo perecível, muitas vezes é possível encontrarmos vestígios arquitetônicos em uma escavação cuidadosa, bem como aqueles objetos de uso cotidiano.

A geografia da província de Sergipe é cortada por diversos rios navegáveis, mas há trajetos que provavelmente seriam por estradas de terra, cuja qualidade dependia das estações do ano, entre Aracajú e Laranjeiras. Essa situação foi relatada pelo historiador Josué Modesto dos Passos Subrinhos (1850-1930) em seu livro publicado em 1991, “Cartas de Maruim”, que foi extraído da carta do comerciante alemão Schramm (Albuquerque, 2013). Menciona, também, que esses caminhos de terra eram percorridos por tropas movidas à tração animal.

As ‘estradas’, se é que assim poderiam ser chamadas, ligavam a Aracaju, apenas as principais cidades. No relatório do Presidente da Província, em 1874, descreveu-se o contrato de construção da estrada de São Cristóvão à Capital, consistindo o trabalho em roçar toda a estrada no seu comprimento, na largura de 30 palmos, arrancar os tocos e construir uma pequena ponte de madeira. Com trabalhos semelhantes se executa a estrada que liga a capital a Laranjeiras (Albuquerque, 2013, p. 83).

Como consequência do abandono pelo poder público pelas estradas de rodagem, é provável de encontrarmos trechos da estrada real em bom estado de preservação ainda em uso e de conhecimento da população local que possam contribuir para a sua confirmação e identificação. Como no caso da cidade de Laranjeiras SE, ao longo da rodovia da BR-235 no km 23, sentido à cidade de Itabaiana. À margem esquerda desta rodovia encontra-se a fazenda Santa Maria que antigamente tinha o nome fazenda Paty de Baixo por onde passa a Estrada Real (Figura I) entre o suposto engenho e casa em direção à cidade Laranjeiras (Freire, 1906, p. 90) “para o engenho Paty de baixo, e que, passando entre a casa e o engenho, entra na estrada real que de Laranjeiras”, como descrito pelo autor, bem como os limites dos municípios e seus aspectos geográficos em 1835.

A identificação e a localização do engenho Paty de baixo, através o registro de imóveis, no Cartório 02º Ofício da Comarca de Laranjeiras/SE. Esse documento é um livro para registro de títulos para inscrições hipotecárias e serviu para estabelecer pontos de referência para a localização do trecho da Estrada Real:

Imóvel: Uma área de terras, desmembrada de maior porção, denominado Fazenda Paty de Baixo, situada neste município de Laranjeiras, medindo 1.444 tarefas sergipanas, limitando-se ao norte com a BR-235, ao sul, com terras da Usina São Pinheiro (Tabua), ao leste, com propriedade de herdeiros de Paulo A. L. M. de A. E ao oeste com terras de propriedade de Manoel P. F.. Proprietário: José L. M. S. (Cartório 02º Ofício da Comarca de Laranjeiras, 1992. Livro 2-B, p. 158).

Utilizei os dados bibliográficos que mencionam os caminhos como ponto de referência o engenho Paty de baixo em Laranjeiras SE, e rotas que cortam o povoado mangabeira de Itabaiana SE. Os dados cartográficos serviram para a localização da estrada real e dos engenhos em torno dela. E com base nos dados encontrados em textos digitais os métodos da arqueologia histórica e toponímia.

Com isso enaltecendo o patrimônio histórico e arqueológico presente em nosso estado, a fim de quebrar com o estereótipo de que só existe estrada real na região sudeste do Brasil.

Panorama teórico/ conceitual

Arqueologia Histórica.

Esta pesquisada é guiada por dois movimentos teórico/metodológicos específicos: arqueologia histórica e a toponímia. Neste trecho, falarei brevemente sobre a primeira, seu histórico conceitual. No segmento seguinte, retomarei a toponímia.

Em meados de 1960, no E.U.A, surge a Arqueologia Histórica tendo o seu carro chefe uma aplicação bastante particular da antropologia estrutural. Ela se colocava como uma disciplina auxiliar da história que, por sua vez, parecia ser vista com um tipo de “etnografia” da sociedade ocidental letrada (informação verbal)³. Assim, a arqueologia abordava a cultura material por modelos estatísticos que pudessem ser testados em contextos históricos conhecidos pela documentação escrita. No entanto, entre suas experiências com os panoramas processualistas e pós-processualistas, ela já começa a atender demandas de coletivos historicamente marginalizados pelas narrativas oficializadas na documentação (C.f. Singleton 1995). Para uma definição atual que conjugue esses diferentes elementos e mostre o amadurecimento desta subdisciplina ao longo dos anos, busco a síntese estabelecida por Silva (2017):

Ao longo dos anos, a arqueologia histórica desenvolveu uma consciência clara de seu papel entre os diversos temas da disciplina, delimitando suas fronteiras. Mesmo que fluido, como deve ser, seu enquadramento, com base em diversos autores, pode ser definido em três arestas (ORSER JR., 2002; HICKS & BEAUDRY, 2006; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; MAJEWSKI & GAIMSTER, 2009; LITTLE, 2007):

- 1) Cronologia - Costumamos trabalhar com um marco “pós-quincentista”, uma vez que as temáticas giram em torno da chegada

3 Informação apresentada em reunião de orientação por Bruno S. Ranzani da Silva, em 23 de agosto de 2019

dos europeus e europeias às colônias ultramarinas a partir do século XV, e daí em diante.

2) Temática – As pesquisas em arqueologia histórica circulam na expansão do mundo moderno, nas influências do capitalismo no novo mundo e nos embates sociais, políticos e econômicos do confronto entre os europeus e as populações indígenas em suma o mundo colonial e a criação e expansão do capitalismo global.

3) Metodologia – O marco temporal e abrangência temática exigem dos pesquisadores uma metodologia particular, embora não única a combinação de fontes primárias escritas, arqueológicas e, muitas vezes, orais (Silva, 2017, p. 164).

Esmiuçando um pouco mais esses elementos, a metodologia empregada pelos pesquisadores dessa subdisciplina deverá se abastecer de fontes documentais, dos artefatos arqueológicos em seus contextos, e quando for possível das fontes orais, fazendo um apunhado dessas fontes para se obter uma interpretação fundamentada, em suas respectivas cronológicas e da sua abrangência temática.

A arqueologia histórica se distingue da História, por ser mais abrangente no uso de suas fontes, tanto documentos quanto cultura material, também de dados fornecidos pela antropologia, que serve para contrapor as fontes escritas com as informações de um determinado comportamento social. Assim, ela se torna ciência arqueológica com aspecto interdisciplinar.

O conceito de documentação deve ser renovado e ampliado, englobando não apenas os documentos escritos, mas também os materiais, o que abre perspectivas para transcender a ótica das classes dirigentes e reconstituir o cotidiano e o modo de vida das massas. A Arqueologia Histórica, a História e a Antropologia devem se aliar na busca de uma síntese criadora, guardadas as especificidades de cada uma, já que possuem metodologias próprias, não obstante os objetivos comuns. (Lima, 1993, p. 250-251).

No Brasil, ela começa a se desenvolver já em meados de 1950, quando caminha rumo à arquitetura, buscando contribuir com trabalhos de restauração. Tendo um foco na

valorização estética dos monumentos religiosos, do patrimônio da elite.

Já na década de 1950, ocorrem vários estudos: Padre Luiz Gonzaga Jaeger fez intervenções assistemáticas nas missões jesuíticas de São Nicolau, São Luiz Gonzaga e São Borja. Foram feitas escavações na capela do antigo Colégio dos Jesuítas, em Paranaguá, por Loureiro Fernandes, tendo como objetivo auxiliar os trabalhos de restauração do prédio. (Gaspar, 2003, p. 270).

Nesse momento, arqueologia e arquitetura entram em conflito ao disputarem responsabilidades sobre a competência nas intervenções em prédios históricos. Apesar dos embates, a disciplina, cada vez mais, constrói seu caráter interdisciplinar.

Uma acentuada atração por exemplares da arquitetura colonial determinou por um considerável intervalo de tempo os rumos da Arqueologia Histórica no Brasil que se voltou para a investigação de igrejas e conventos, missões, fortificações, solares, etc.(Lima, 1993, p. 226).

Como consequência, a arqueologia histórica acaba por se dedicar apenas a setores dominantes da sociedade, excluindo a cultura material produzida por grupos oprimidos pelo sistema colonial (escravos e seus quilombos, camponeses pobres). A sobrevalorização aos aspectos estilístico e arquitetônico acabou direcionando-a a ciência auxiliar da história e arquitetura.

Nos anos de 1980 e 1990 arqueologia histórica passa por uma transformação em caráter mais acolhedor à grupos sociais esquecidos pelos fatos históricos, muito bem abordado por Lima (1993):

(...) da arqueologia histórica brasileira, sendo reconhecido o potencial da disciplina no estudo dos grupos étnicos e segmentos subalternos que não tiveram possibilidades de escrever sua própria história, em recuperar memórias sociais, estudar práticas cotidianas e reinterpretar a história oficial (Symansky, 2009, p. 3).

Essa forma a produção de novas abordagens da arqueologia histórica sobre parte

da população composta pelo segmento oprimido, começa a ter voz com os trabalhos que foram produzidos sobre assuntos quilombolas em Minas Gerais (Guimarães e Lana, 1980), e dos assentamentos do arraial de Canudos, no sertão da Bahia (Zanettini, 1988).

O foco nos segmentos oprimidos da sociedade foi introduzido através do estudo de quilombos de Minas Gerais (Guimarães & Lanna, 1980), aldeamentos indígenas pós-missionários no Rio Grande do Sul (Ribeiro, Ribeiro e Silveira, 1988), e do arraial de Canudos, na Bahia (Zanettini, 1988) (Symansky, 2009, p. 3).

A pesquisa de Paulo Zanettini em Canudos se preocupa em estudar o cotidiano social no arraial, por meio de faianças em uma análise comparativa em sítios domésticos.

No Rio Grande do Sul (Ribeiro e Silveira, 1988), aborda aspectos da aculturação desses povos indígenas, e estudos da variabilidade socioeconômica de unidades domésticas. E a pesquisa de Quilombo de Minas Gerais (Guimarães e Lana, 1980), observando as estratégias bélicas desses povos, contra a sociedade escravocrata.

Os finais do século XX, e início do século XXI, uma enorme quantidade de sítios históricos que antes não tinham importância, passam a ser estudados. Como foi relatado por Symansky (2009):

Nos últimos vinte anos uma grande diversidade de tipos de sítios históricos desconsiderados nas décadas anteriores, tais como registros (Jacobus 1996; Oliveira 2002), povoados e sítios associados a atividades de mineração (Guimarães 1996), lixeiras coletivas urbanas (Landa 1996; Tocchetto 2000), senzalas (Lima et al. 1993; Symanski & Souza 2007; Souza), cemitérios (Lima 1994), estradas coloniais (Zanettini 1990; Sousa 1995), e engenhos (Symanski e Souza 2006; Symanski 2008) começaram a ser pesquisados. (Symansky, 2009, p. 6).

Ao longo do tempo a arqueologia histórica foi diversificando, além dos temas, seus objetos de estudo como é o caso das estradas:

(...) diversas contribuições no estudo dos caminhos que vão desde questões mais funcionais e econômicas que tentam responder a como e por que as estradas foram construídas e por quem, até questões do cotidiano da estrada: o ir e vir dos transeuntes. (Almeida, 2012, p. 13-14).

Conforme a autora mencionou anteriormente, os estudos do descolamento pelos caminhos vão ao encontro da minha pesquisa que se preocupa para compreender-se os seus motivos da construção, circulação da economia, e o aspecto social relacionado à estrada real.

Toponímia

Apresento aqui, um breve resumo da metodologia da toponímia e a sua definição, considerando sua importância fundamental neste trabalho, como apontado na introdução.

O estudo das toponímias busca averiguar a origem e contemporaneidade dos nomes batizados dos respectivos lugares. O próprio termo “toponímia” é derivado do grego, “tópos” (lugar) e “onoma” (nome) (Carvalho, 2012, p. 25).

Os seres humanos têm nomeado lugares ao longo de sua história. A toponímia é, então, um estudo desse processo a partir da linguística e da Onomástica (estudo dos nomes próprios de lugares).

A Toponímia se ocupa-se em estudar os nomes dos lugares habitados (vilarejos, cidades, países, ruas, caminhos [*sic*] etc). Pela vastidão de aspectos que apresenta, é uma ciência cultivada na atualidade em diversos países, visto que interessa não apenas à linguística, mas também, como veremos de modo especial, à geografia e à história, e também à arqueologia, à botânica, à zoologia, entre outras (Carvalho, 2012, p. 27).

Com isso, o emprego da metodologia toponímica neste artigo não reside em saber a ortografia do nome próprio, mas sim em procurar a relação entre os nomes de lugares presentes na documentação com seus homônimos atuais, entendendo-os como

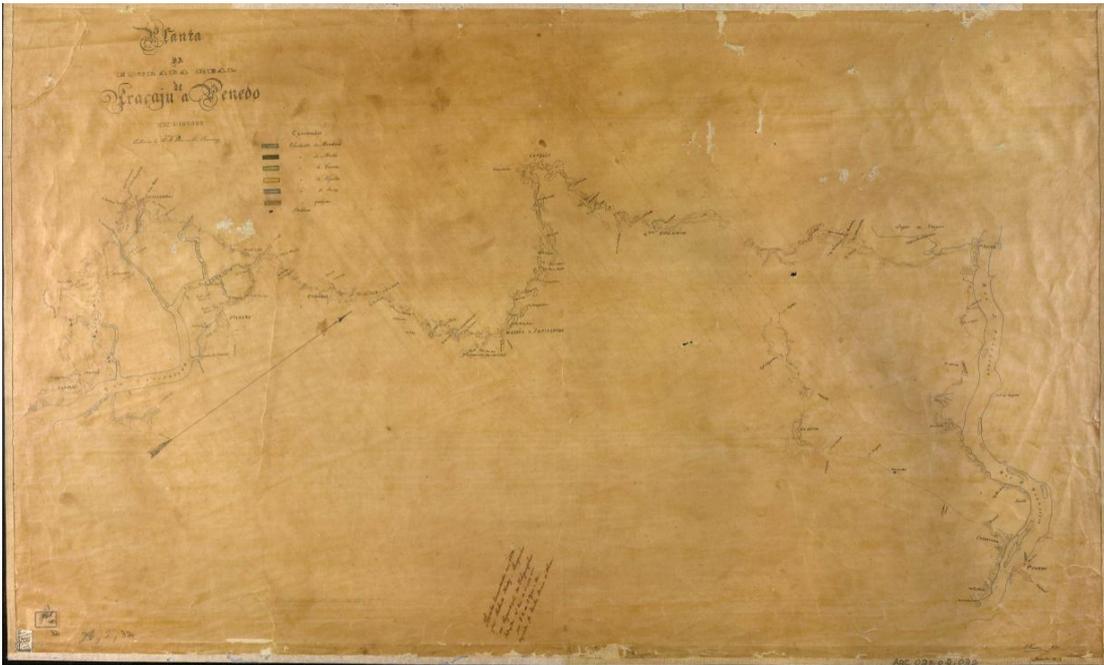
possíveis vestígios nominais dos passos da Estrada Real.

De ponto a ponto. Caminhos possíveis da Estrada Real em Sergipe.

Encontrei um mapa importante no site da Biblioteca Nacional no acervo digital da hemeroteca, com o título “Planta da estrada real de Aracaju a Penedo”, levantada em 1872 por Roberto Kosky, com uma escala numérica de um para cem mil (1:100.000), copiado por Emilio Pereira De Alvin.(Figura I) E na biblioteca Epiphany Dória, na qual foi pesquisada a seguinte obra do historiador Felisbello Firmo De Oliveira Freire, “História Territorial de Sergipe” publicado em 1906, em que descreve os limites territoriais das Vilas, Comarcas e Freguesias da Província de Sergipe, e fazem menções de trechos da estrada real como divisor de limites territoriais e também em trajetos em direção a esses respectivos lugares.

Finalmente no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHG-SE), em que foi pesquisada a obra do historiador, João Sales de Campos (1972) “Dados Históricos sobre Santo Amaro das Brotas-Portal da Matriz de Santo Amaro das Brotas”, que descreve os limites territoriais desta Vila dita anteriormente, por onde se diz passar trechos da estrada real.

A planta da Estrada Real de Aracaju (SE) a Penedo (AL) obtida pela Biblioteca Nacional é uma confirmação da existência desse patrimônio, e um grande aliado para identificação de trechos da Estrada Real.



A Figura I- Planta da Estrada Real de Aracajú a Penedo. Fonte:

<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

De acordo com a “planta da Estrada Real de Aracajú (SE) a Penedo (AL)” a estrada principia em Aracajú havendo duas ramificações sendo confluyente em direção à freguesia de Laranjeiras que corta os rios Madre Deus, Laranjeiras, Pedra Branca, depois rumo a freguesia de Maroim, continuando o trajeto em direção a freguesia de Rozário, dando continuidade em direção a freguesia Japarutuba e seguindo a mesma estrada em direção a freguesia de Capela e Desse último ponto, apresenta duas ramificações, à freguesia de Própria e, a outra, em direção à freguesia Jaboatão e nesse percurso seguindo a estrada até a Villa Nova que está localizado a margem do rio São Francisco que faz divisa com a freguesia de Penedo (AL). Ao longo do percurso da Estrada Real passa próximos de engenhos, notados no mapa, os quais não foram possíveis identificar. E esta planta apresenta legendas indicando os produtos econômicos de Sergipe como: plantação de mandioca, milho, cana, algodão, arroz, e a salina. Apesar de ter danificação, na planta, em algumas partes, mesmo assim se encontra em um bom estado de preservação e de suas cores e um excelente processo de digitalização da planta.

Os municípios sergipanos que foram possíveis passagens da estrada real são esses os de Laranjeiras, Simão Dias, e Itabaiana.

Sendo assim destacaremos o município de Laranjeiras, expondo as suas zonas limítrofes dos municípios sergipanos, para se obter uma localização:

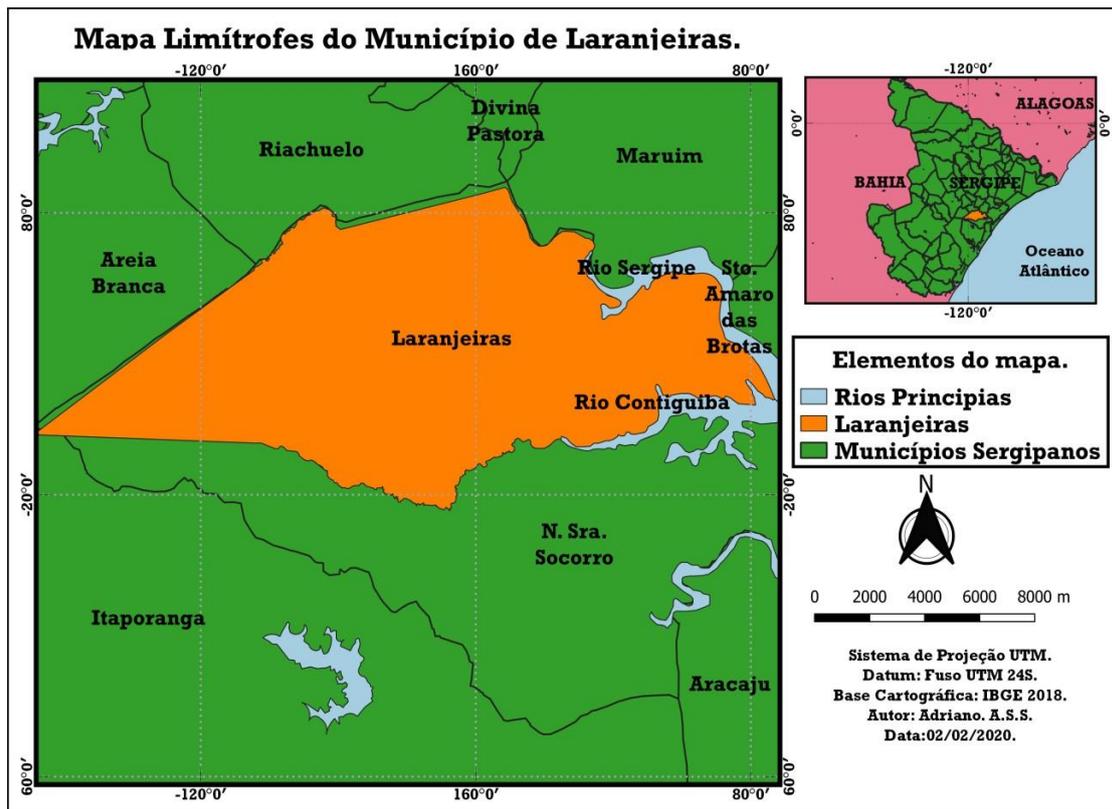


Figura II - Mapa Limítrofe do Município de Laranjeiras. Autoria própria.

Sobre o município de Laranjeiras, além das mencionadas obras de Freire (1906) e Kosky (1872), encontrei referências ao supracitado imóvel, a fazenda Paty de Baixo (atualmente Fazenda Santa Maria), no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Laranjeiras SE, em um livro para registro de títulos para inscrições hipotecárias.

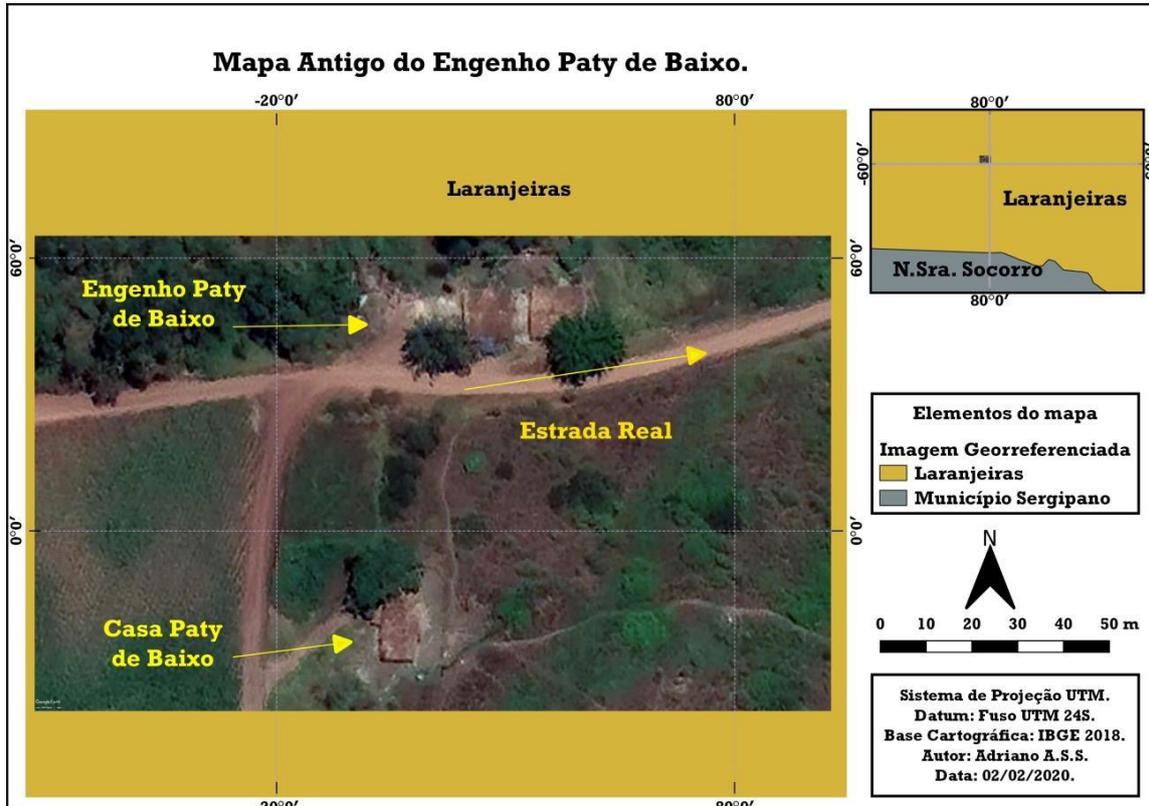


Figura III - Mapa de localização do engenho Paty de Baixo. Autoria própria. *Google Earth*®.

Estes limites foram novamente alterados pela lei de 2 de maio de 1870: começarão da foz do riacho Tramandaí até sua nascente, seguindo rumo direito ao engenho Cabuta, ficando este para a freguesia do Socorro; daí rumo direito ao tanque que se acha na estrada velha que vai para o engenho Paty de baixo, e que, passando entre a casa e o engenho, entra na estrada real que de Laranjeiras vai até ao Rio Vermelho, seguindo por este acima à volta da mata da Cruz até as cabeceiras do Rio Poxim-mirim, que serve de divisão daquela com a freguesia de Itaporonga (Freire, 1906, p. 90).

Com isso há indícios de uma possível localização do trajeto da Estrada Real em Laranjeiras, através do suposto elemento que foi o engenho Paty de Baixo e a Casa Grande, por onde a estrada corta os respectivos imóveis conforme a descrição feita por Felisbelo Freire.

Sobre o município de Simão Dias, a sua identificação foi possível através de Felisbelo Freire (1906) que menciona trecho da Estrada Real. E em outra fonte literária contendo foto e menções sobre a estrada real, do autor José Bispo de Almeida (2013):

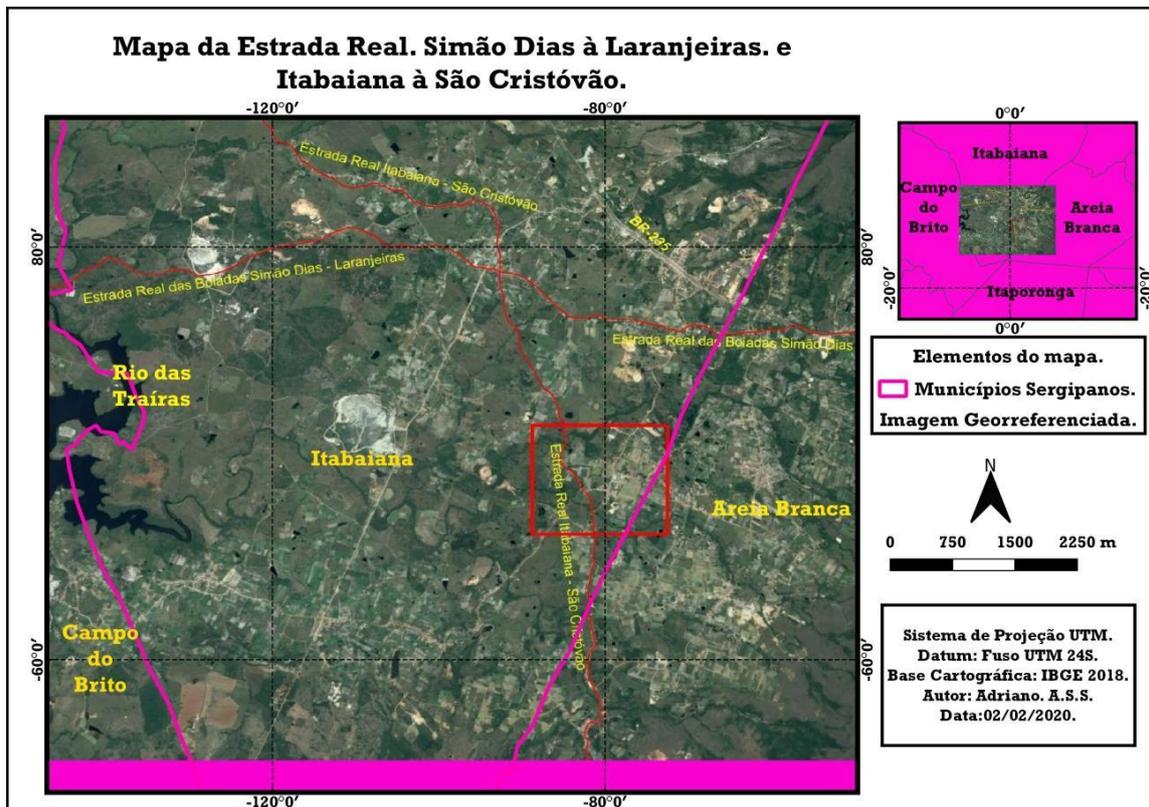


Figura IV. Estrada real de Simão Dias a Laranjeiras. Autoria própria da plataforma *Google Earth*®.

(...) principiará da serra do Sobrado e nascença do rio Traíra, por ele abaixo até encontrar a estrada real que vem de Simão Dias para a vila de Laranjeiras e por esta abaixo até a divisão da mesma freguesia de N. Sra. Da Ajuda de Itaporanga a encontrar o rio Vaza-barris, e daí rumo direito à serra do Sobrado onde principia (Freire, 1906, p. 96).

Na qual Freire (1906), descreve os limites citando os rios Vaza-Barris e a Serra do Sobrado, a freguesia Campo do Brito com base na nova resolução em 1845 faz menção do trecho da Estrada Real que liga Simão Dias a Laranjeiras. Corroborando a hipótese da existência da estrada real.

Na divisa dos municípios de Itabaiana e Areia Branca, também segundo Felisbelo Freire (1906) e José Bispo de Almeida (2013), passaria um trecho da Estrada, ligando os povoados de Forno, da primeira, ao de Mangabeira, da segunda.

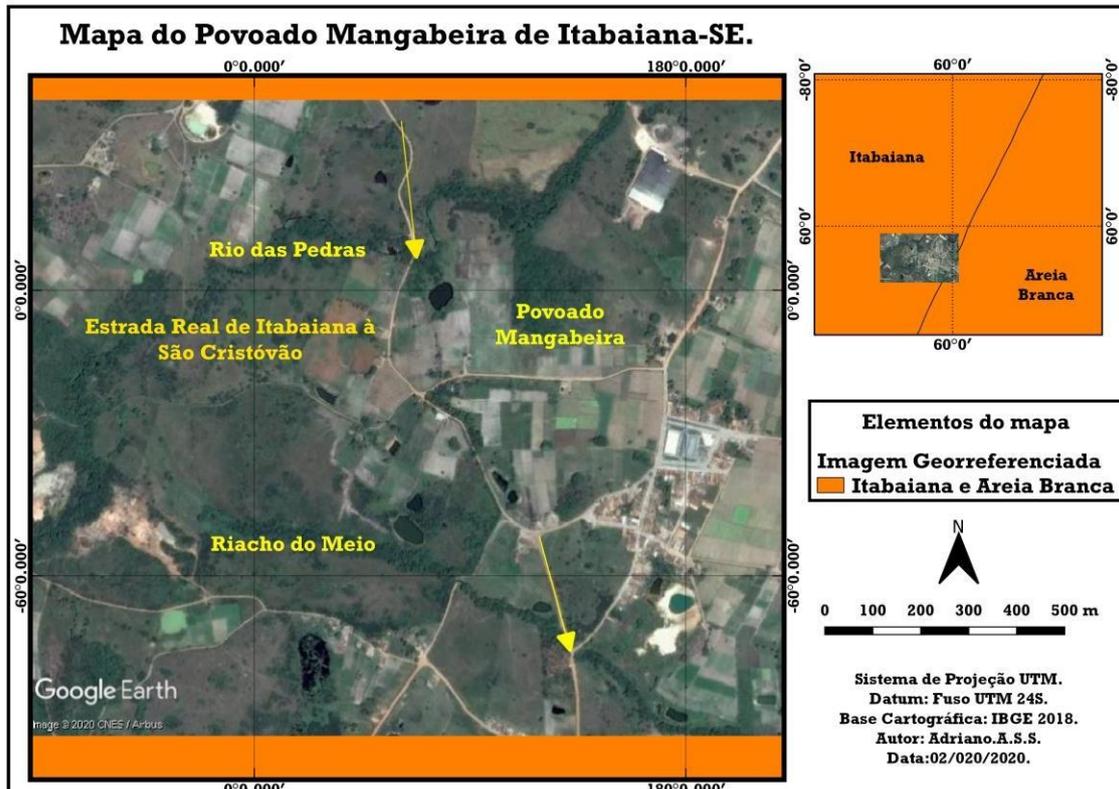


Figura V. A Estrada Real do trecho Itabaiana a São Cristóvão. Autoria própria da plataforma *Google Earth*®.

Bispo (2013), escritor autodidata, pesquisou sobre o seu município de Itabaiana-SE e coletou informações com seus conterrâneos sobre a lenda da “mãe d’água do poço dos carros” que cita o percurso do trecho da Estrada Real de Itabaiana do Povoado Mangabeira até São Cristóvão.

Há um poço no rio das Pedras em que dizem lá ter existido uma mãe d’água— como é chamada a Iara por aqui. Numa época muito distante, quando foi aberta a Estrada Real, que vai de Itabaiana a São Cristóvão e cruzando o ditorio entre os povoados Forno e Mangabeira, a região era dominada por matas densas e uns poucos tabuleiros onde corriam veados, pacas, tatus, onças. A estrada tanto desassosssegou o meio natural que essa mãe d’água, residente

debaixo de uma pedra, hoje coberta de areia, dentro do poço e em cuja cabeceira passa a estrada, resolveu se vingar. Ao passar por ali um jovem carreiro levando mercadorias para o porto de São Cristóvão, a mãe d'água se transformou em uma belíssima donzela e desviou a sua atenção do carreiro, que, incauto, não cuidou de bem guiar as juntas de bois que lhe vinham seguindo. Morreram todos: bois e carreiro. Por isso o dito poço ganhou o nome de “Poço dos Carros”. Desde então, moradores da redondeza que ali colocavam comida sobre uma pedra para agradar a mãe d'água perceberam a sua ausência. Devido à perturbações à natureza em volta serem tão grandes, a mãe d'água foi embora. E em vingança, requisitou a ira dos espíritos da natureza que, mediante chuvas copiosas, fez descer rio abaixo um enorme volume de areia, sepultando assim para sempre a sua antiga morada e os restos dos carros que jazem nas profundezas arenosas do poço. (Bispo, 2013,p. 265).

Na sequência, apresento alguns trechos cuja identificação não foi possível até o momento, mais que serão verificadas futuramente, a partir de pesquisas locais sobre toponímias antigas.

Ao descrever o limite da freguesia Estância, Freire (1906) identifica nomes de ruas datados de 1880, por onde passaram a Estrada: “seguirá pela da rua antiga da Palha, Rua do Botequim e Caí, ficando este para a nova freguesia e sempre pela estrada real até a lagoa do Aleixo” (Freire, 1906, p. 106).

Sobre a divisão da freguesia de Simão Dias com a de Lagarto, há sinais da Estrada Real tendo como referência a Fábrica de Farinha:

(...) passando pelo oitão da Casa de Farinha de Geraldo Coelho, que ficará dentro da divisão, e seguindo em linha reta a Fazenda Velha do Senne, seguirá a estrada real em busca das cabeceiras do rio Piauitinga, passando pela frente da Fazenda de Cruz, atravessando a mata em linha reta, procuraráo Olho d'água... (Freire, p. 78-79).

Em 1871 à freguesia de Sant'Ana do Boquim dividiu com as do Riachão, Lagarto e Itabaianinha, Freire descreve os limites da freguesia e constata a Estrada Real

segue de Estância para Lagarto: “à cabeceira do Riacho dos Mangues; por este abaixo até encontrar a estrada real da Estância para o Lagarto” (Freire, 1906 p. 98)

Em 1835 a Vila de Santo Amaro das Brotas, que fora povoado da Vila de Maruim durante parte do XIX, ganha novamente o status de Vila com sede própria. Campos (1972) descreve os limites desta vila, menciona a Estrada Real tendo como referência engenho chamado “Terra da Vergonha”.

Seu trapiche e casas no têrm o de santo amaro das brotas; do dito lugar Canabrava Estrada Real que segue para o engenho “terra da vergonha”, até a Estrada Real que vem da vila de Maruim para o engenho “garangu” seguindo pela mesma estrada até encontrar a que vai da predita vila Maruim (Campos, 1972, p. 15).

Com informações obtidas do documento Ata da Câmara de Sergipe, em 1836, citado pelo livro “Plano Urbanístico de Laranjeiras” do ano 1975, há evidência da Estrada real no município de Maruim-SE. “Por conseguinte, antes de 1836, havia uma pinguela no Porto do Outeiro, possibilitando comunicação precária entre as margens do rio, na estrada real para Maruim (Brasil, 1975, p. 72).”

Com base nos dados coletado desta pesquisa, através de livros históricos, cartografias históricas e documentos históricos, do acervo das diversas instituições públicas, gerou-se elementos indicadores de uma possível identificação dos trechos da estrada real em Sergipe.

Considerações Finais

Com esta pesquisa busquei contribuir para a localização do trecho da estrada real em Sergipe, caminho de suma importância para a história e a cultura do Brasil e nosso estado, bem como tentar suprir uma lacuna, sobre essa estrutura fora da região sudeste. Além de buscar identificar, pretendi consolidar referências históricas e geográficas sobre o tema para o estado de Sergipe, de modo que possa ser usado em trabalhos

posteriores.

Na pesquisada realizada pela arqueóloga Miriam Cazzeta, em que é relatada pela matéria do Jornal na qual a procuradora da república Tinôco foi entrevistada.

A procuradora da República e coordenadora da FPI Livia Tinôco destaca o potencial turístico do achado. “A região da Estrada Real de Sergipe é extremamente rica em atrativos históricos, culturais e naturais. A possibilidade de criar um roteiro que una a Mata do Junco e a Estrada Real, por exemplo, traz uma oportunidade de desenvolvimento sustentável com envolvimento da comunidade local na atividade turística”, explicou (Freitas, 2018 p. 1).

Nessa área da cidade de Capela (SE) encontra-se uma Unidade de Conservação com grande potencial arqueológico e biológico, que dá subsídios para a implantação do turismo arqueológico agregado com o ecológico.

O Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, localizado no município de Capela, a 67 km da capital sergipana, é um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Estado, com uma área total aproximada de 766 ha. Criado através do Decreto 24.944 de 26 de dezembro de 2007, o Refúgio objetiva preservar um fragmento do bioma brasileiro mais afetado pela ação antrópica, a Mata Atlântica ecossistemas com elevada biodiversidade e que sofreram severa destruição (SEMARH, *apud* Santos, 2014, p. 47).

Com isso, gerar subsídios científicos que podem ser usados em ações educativas ou políticas públicas de gestão patrimonial e desenvolvimento econômico, especialmente pelo “turismo cultural acoplado com ecológico”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. Q. X. (2012). *Continuidades na Mudança: Um olhar arqueológico*

sobre os caminhos das Minas Gerais. Séculos XVIII e XIX. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Belo Horizonte, Minas Gerais.

Albuquerque, S.B. de Medeiros (2013). *Entre cartas e memórias: preceptoras europeias no Brasil do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia.

BRASIL, Secretária de Planejamento (1975). *Plano Urbanístico de Laranjeiras, Volume I*. Secretária de Planejamento da Presidência da República; Governo do Estado de Sergipe-SUDOPE/EMSETUR. Universidade Federal da Bahia (UFBA).

BISPO, J.A. “Itabaiana, nosso lugar”. *Quatro séculos depois. Infographics*, 2013. Aracaju.

CAMPOS, J. S. de. *Dados Históricos sobre Santo Amaro das Brotas-Portal da Matriz de Santo Amaro das Brotas*. Arquivo Histórico e Geográfico de Sergipe, 1972 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil).

Carvalho, F. de. A. (2012) *Entre a Palavra e o Chão: Memória Toponímica da Estrada Real*. Tese (Doutorado). Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Linguística. Universidade de São Paulo.

Laranjeiras (SE) Cartório 02º Ofício da Comarca de Laranjeiras/SE. *Registro de imóvel da Fazenda Paty de Baixo*. Registro em: 20 de maio de 1992.

FREIRE, F. (1906). *Historia Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe.

FREITAS, J. (2018). <https://cinform.com.br/2018/05/trechos-da-estrada-real-de-sergipe-del-rey-sao-localizados-em-capela/>

GASPAR, M. D. (Dez, 2003). História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 13, p. 269-301. Retrieved from <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109496/107972>

KOSKY, R. *Planta da Estrada Real de Aracaju a Penedo*. Biblioteca Nacional no acervo digital do ano 1872. Localização no acervo Cartografia-ARC. 028, 02,032.

on.cartografia.

Disponível

em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514949/cart514949.html

LIMA, T. A. (1993). Arqueologia Histórica no Brasil: Balanço Bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista Nova Série NQ 1*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47141993000100015&script=sci_arttext

SANTOS, M. A. (2014). *Ações de Educação Ambiental Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, Capela/SE*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

SANTOS, M. R. A. dos. (2010). *Fronteiras do Sertão Baiano - 1640-1750*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. (2017). *Descobrimos a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública*. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu e Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo.

SINGLETON, Theresa. (1995). The Archaeology of slavery in North America. *Annual Review of Anthropology*. Vol. 24, pp. 119-140. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2155932>.

SYMANSKI, L. C. P. (2009). Arqueologia Histórica no Brasil: Uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, W. F. & MOI, F. P. (Org.) *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo: Annablume.